

Filosofia da mente: Causalidade e a questão da vontade

The philosophy of mind:
causality and the question of will

RESUMO

Causalidade e Vontade podem ser analisadas a partir de várias abordagens. O tema aqui proposto será orientado para a filosofia da mente. Iniciaremos com a visão ética da relação causalidade e Vontade, a seguir, nortearemos para o enfoque científico das funções cerebrais e estados mentais. O objetivo dessa análise é tentar mostrar se a Vontade tem ou não fundamentação causal. No caso de haver uma base causal para a Vontade, qual a natureza dessa causa: física e/ou mental ou de outra natureza.

DESCRITORES

Mente-Filosofia; Causalidade; Vontade

ABSTRACT

Causality and Will can be analyzed from several different points of view. Our theme will be explored here from the perspective of the *philosophy of mind*. We begin with an exam of the ethical aspect of the relationship between Causality and Will, considering next the scientific aspect of cerebral functions and mental states. Our aim is to verify if Will has (or not) a causal background. In case of a positive answer, we'll conjecture about the nature of this causal background – a physical and/or mental one or some other kind.

KEYWORDS

Mind-philosophy; Causality; Will

*Mariluze Ferreira de
Andrade e Silva**

** Graduada em Letras e Literaturas das Línguas Portuguesas, pela Faculdade de Humanidades Pedro II, FAHUPE. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Filosofia pela Universidade Gama Filbo. Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal de São João del-Rei. Laboratório de Lógica e Epistemologia.*

VISÃO ÉTICA DA CAUSALIDADE E VONTADE

Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles introduz os conceitos de ação voluntária, deliberação e decisão, dando origem a uma teoria da ação voluntária que serviu de base, em tratados éticos, para construir a teoria da responsabilidade moral levando em conta os estados mentais: Vontade, Consciência e Intencionalidade.

A teoria da responsabilidade moral tenta explicar a necessidade de recompensas e punições como itens que contribuem para a formação do caráter e para incentivo de certos tipos de ações. Aristóteles advogou que a causa das boas ações seriam as boas emoções e a excelência seria uma inclinação do sujeito no sentido de praticar boas ações causadas por boas emoções. Porém, não é muito simples entender as emoções como causa das ações porque se as ações e as emoções são voluntárias, elas deverão ser submetidas a um juízo de valor. Também poderíamos buscar a compreensão desse problema perguntando pelas causas das emoções, mas a resposta nos conduziria a outra pergunta até chegarmos ao *ser em si* da questão e não termos mais nada a dizer e apelarmos para uma tautologia.

Na teoria moral, a excelência é entendida como “Vontade”, “disposição da escolha”, como uma propriedade do caráter, algo inerente ao agente que faz suas escolhas e age de acordo com predisposições do seu caráter. A escolha, nesse sentido, é determinada por um princípio racional — não emocional. A escolha é decisória e a ação resultante dessa escolha implica em a Vontade ser voluntária.

Na *Ética a Eudemo*, o agente é causa e princípio da ação voluntária e suas ações podem ser aprovadas ou reprovadas. Como as ações decorrem de uma disposição de escolha do agente, é o próprio caráter como causa das ações que passa a ser alvo de reprovação ou aprovação.

Muñoz¹ (2002) admite que ações e eventos que são efeitos da necessidade, da sorte ou da na-

tureza, não estão sujeitos à aprovação ou à reprovação porque esses efeitos são resultados de causas involuntárias. Um agente só está sujeito a juízos morais quando ele for causa voluntária das suas ações. Mas, uma questão se coloca: de que ações os agentes são causa? Segundo Muñoz, todas as ações voluntárias que decorrem de uma decisão individual, tem o agente como causa, e todas as ações que resultam de uma decisão são voluntárias.

Muñoz acata a idéia de que uma ação é voluntária quando está conforme o desejo, a escolha, a Vontade e o pensamento do agente. Essas afirmações abrem espaços para questionamentos sobre a relação causalidade-Vontade entendendo-se “Vontade” como um estado mental que produz uma ação voluntária. Segundo a análise de Muñoz, não há dificuldade para compreender que uma ação é voluntária quando a escolha é voluntária e toda ação voluntária é conforme o desejo do agente. Mas o entendimento sobre o que seja “ação voluntária” não satisfaz porque não se explica nem se justifica uma ação ser voluntária simplesmente porque ela é uma ação conforme o pensamento. Se entendermos que toda ação é resultado de uma combinação de pensamentos e os pensamentos se inclinam para uma escolha, então toda ação é resultado da combinação de pensamentos e escolha da ação para expressar o pensamento. Na *Ética a Eudemo*, Aristóteles admite a possibilidade de agir sem deliberação e escolha — agir pelo impulso, por exemplo —. A ação, nesse caso, está relacionada a um dos estados da alma, volitivo, epistêmico ou aos dois. Mas como saber qual estado da alma determina a ação? A Vontade e/ou o conhecimento? Essa questão dá origem ao surgimento de várias teorias sobre a relação causalidade e Vontade.

CAUSALIDADE MENTAL, DETERMINISMO E AUTONOMIA DOS EVENTOS MENTAIS

Donald Davidson² (2001) afirma: “eventos mentais como percepções, lembranças, decisões

1. MUÑOZ, Alberto Alonso. *Liberdade e Causalidade: ação, responsabilidade e metafísica em Aristóteles*. São Paulo: FAPESP 2002 p. 48s.

2. DAVIDSON, Donald. Mental events. In: *Essays on Actions and Events*. Oxford 2001 (1980). p. 208.

e ações resistem capturas na rede nomológica da teoria física". E coloca a questão "Como pode esse fato ser reconciliado com o papel causal do evento mental no mundo físico?" Rudolf Lütke³ recorta este problema colocado por Davidson e apresenta algumas reflexões sobre a causalidade mental: Para Lütke, há um paradoxo na visão de Davidson sobre o problema corpo/mente porque, por um lado os eventos mentais não parecem em si mesmos possíveis de serem explicáveis e prognosticáveis causalmente e, por outro lado, eles têm efeitos causais que correspondem ao mundo físico. Isto significa dizer que a decisão de fazer uma coisa produz o efeito de que essa coisa é feita. Essa causalidade específica, segundo Lütke, parece ser problemática porque ela trata os eventos mentais apenas como causas, não como efeitos. O paradoxo se coloca à medida que se entende que eventos mentais parecem pertencer a uma rede mental e, ao mesmo tempo, parece que eles não estão contidos nela. Na verdade, continua Lütke, constata-se que decisões podem ter efeitos no mundo físico sem que elas possam ser explicadas e prognosticadas no interior de uma rede causal como efeitos. Do mesmo modo, constata-se haver independência, ainda que parcial, entre liberdade de ação e responsabilidade ética dos eventos mentais em relação à rede causal.

Nosso comentário sobre essa colocação de Lütke é que, desse ponto de vista, há possibilidade de não haver uma explicação causal para a ação de um sujeito, ainda que seja uma ação voluntária. Nessa situação, a causa é uma Vontade sem fundamentação causal. A ação é um efeito sem causa necessária.

Para Lütke, é desejável que os eventos mentais sejam fenômenos com efeitos causais, porém sem produção causal, mas isso gera um conflito entre determinismo e autonomia dos eventos mentais. O determinismo é necessário para explicar a causalidade dos acontecimentos físicos, através dos eventos mentais e a autonomia exige independência estrita dos eventos mentais, com relação à rede causal, necessária para permitir a responsabilidade moral a seus efeitos no mundo físico. A autonomia e o determinismo são paradoxais a ponto de se excluírem mutuamente. Davidson acha que esse problema é aparente e Lütke acha que o determinismo e a autonomia dos eventos mentais podem

ser reconciliados. Davidson interpreta a autonomia como "não estar submetido a uma lei", introduz o termo anomalia dos eventos mentais e demonstra que a anomalia não entra em conflito com um determinismo especial, chamado "*monismo anômalo*" que defende que todos os eventos são do tipo físico, têm aspectos físicos e não há pensamento sem atividade cerebral (processos neurais). Critica o reducionismo: não é possível explicar os eventos mentais através de uma redução aos processos físicos. Anomalia, nesse caso, seria a ausência de qualquer outra correlação entre acontecimentos mentais e físicos e a negação da existência de leis psicofísicas.

Bertrand Russell⁴ (1976) já havia colocado que a ciência moderna mostrava uma concepção tradicional de causa e efeito fundamentalmente errônea carecendo ser substituída por uma noção diferente que ele chamou "leis da mudança". Um exemplo: na concepção tradicional, certo evento A causava certo evento B. Isso implicava que dado qualquer evento, B, se podia descobrir um evento anterior, A, que mantivesse uma relação com B. Assim:

1. Sempre que A ocorresse, era seguido por B
2. Nesta seqüência, havia algo "necessário", e não mera ocorrência "de fato" de A primeiro e B depois.

Outro exemplo seria a afirmação de que o dia causa a noite, fundamentado no fato de que o dia é sempre seguido pela noite. A resposta era que o dia não podia ser considerado a causa da noite porque não seria seguido pela noite se a rotação da Terra cessasse ou se se tornasse tão lenta que uma rotação completa demorasse um ano. Uma causa deveria ser tal que em nenhuma circunstância concebível deixasse de ser seguida pelo seu efeito. Segundo Russell, a natureza não apresenta seqüências na forma tradicional da causação. Tudo na natureza está em mudança contínua. E o que chamamos "evento" é, na realidade processo. Se um evento tem que causar outro, eles devem ser contíguos no tempo. Se houver qualquer intervalo entre eles, algo pode acontecer durante o intervalo que impeça o efeito esperado. Causa e efeito são processos temporalmente contíguos. Tudo que se conhece empiricamente é aproximado. As leis que conhecemos empiricamente têm forma de leis causais tradicionais mas não devem ser consideradas universais ou necessárias. Dizer que

3. CASAT, R, & WHITE, G. (ed). *Philosophie und die kognitiven Wissenschaften*. Österreichische Ludwig Wittgenstein Gesellschaft, 1993, p. 323-327. Tradução de marco Antonio Frangiotti. Extraído do Google.

4. RUSSELL, Bertrand. Leis causais Psicológicas e Físicas, In: *A Análise da Mente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (1971) p. 70s.

ingerir arsênico é seguido pela morte é uma generalização empírica — diz Russell.

ABORDAGEM CIENTÍFICA DAS FUNÇÕES CEREBRAIS E DOS ESTADOS MENTAIS

Feitas essas considerações, passemos para o lado científico, propriamente dito, da questão. Popper⁵ (1975) encontra no mundo das Idéias de Platão um terceiro mundo objetivo e autônomo, existente em adição ao mundo material e ao mundo da mente — e aponta Platão como filósofo pluralista. Ao enunciar esse pensamento, Popper construiu a *teoria dos três mundos*. O mundo consiste de três submundos ontologicamente distintos. 1. o mundo material, ou mundo dos estados materiais. 2. o mundo mental, ou mundo de estados mentais e o 3. o mundo dos inteligíveis, ou das idéias no sentido objeti-

vo — mundo de objetos de pensamentos possíveis, mundo das teorias em si mesmas e suas relações lógicas, dos argumentos e das situações de problema. Esses três mundos se relacionam de tal modo que os dois primeiros podem interagir e os dois últimos também podem interagir. Desse modo, o segundo mundo, mundo das experiências subjetivas, ou pessoais, interage com cada qual dos outros dois mundos. O mundo *um* e o *três* não podem interagir senão pela intervenção do mundo *dois* — mundo das experiências subjetivas ou pessoais.

Popper estabelece uma relação causal entre os três mundos que é detalhadamente descrita por Eccles⁶ (1994), a partir do cérebro e não do corpo. Segundo Eccles, a neurologia clínica e as neurociências mostram que o espírito não dispõe de via de acesso direta ao corpo. O cérebro é o mediador de todas as interações com o corpo, conforme tabela a seguir⁷:

MUNDO 1 Objetos e estados materiais	MUNDO 2 Estados de consciência	MUNDO 3 Conhecimento Objetivo
1. Inorgânicos Matéria e energia do cosmos 2. Biologia Estrutura e ações de todos os seres vivos Cérebro humano 3. Objetos fabricados Substratos materiais da criatividade humana dos utensílios das máquinas dos livros das obras de arte da música	Conhecimento subjetivo Experiências da consciência: Percepção Pensamento Emoções Intenções Memórias Sonhos Imaginação Criativa	Patrimônio cultural codificado sobre substratos Materiais: Filosóficos Teológicos Científicos Históricos Literários Artísticos Tecnológico <u>Sistemas teóricos</u> Problemas científicos Racionais críticos

TABELA 1. Tabelas dos três mundos que englobam todas as formas de existência bem como todas as experiências, tal como Popper os define.

Mundo 1 — conjunto do cosmos, mundo material, orgânico e inorgânico.

Mundo 2 — experiências da consciência/espírito, experiências perceptivas imediatas (visão, audição, tato, dor, fome, cólera, alegria, medo etc.), memórias, imaginação, pensamento, ações e no centro de tudo isso o mundo do “eu” único enquanto ser que passa pelas experiências.

Mundo 3 — criatividade. Cultura. No Mundo 3, Popper⁸ (1995) coloca os produtos da mente humana: estórias, mitos explanatórios, artefatos, teorias científicas, problemas científicos, instituições sociais obras de arte. Os objetos do Mundo 3 são de nossa autoria.

De acordo com esse esquema, primeiro existe o sentido exterior que se relaciona especificamente às percepções produzidas de imediato pelos estímulos dos órgãos dos sentidos: visual, auditiva, tátil, olfativa, gustativa, de dor etc.

Em segundo lugar, há o sentido interior que abrange uma grande variedade de experiências

5. POPPER, K. Sobre a Teoria da Mente objetivas In: *Conhecimento objetivo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 151s. Traduzido por Milton Amado da edição de 1973, publicado pela Oxford University Press – London. Corrigida. Primeira edição original 1972.

6. ECCLES, John C. Hipóteses sobre as relações entre o espírito e o cérebro. In: *Cérebro e Consciência. O self e o cérebro*. Lisboa: Instituto Piaget. 1994 p. 19s.

7. Material extraído de op. cit. p. 19.

8. POPPER, Karl e ECCLES, J. *O eu e seu cérebro*. 2.ed. Campinas: Papirus. 1995. p. 62s.

cognitivas: pensamentos, memórias, intenções, imaginações, emoções, sensações, sonhos. Na base do Mundo 2, existe o “eu” que é a base da Identidade e continuidade pessoais que cada um de nós experimenta durante a vida distanciando as interrupções diárias da consciência durante o sono. A cada novo dia a consciência retorna para nós, com sua continuidade essencialmente inalterada pelas horas de inconsciência no sono⁹ (Popper, Eccles, 1977).

Em terceiro lugar está o Mundo 3, da criatividade cultural.

Eccles examina as implicações biológicas das teorias que admitem a existência da consciência e dos estados mentais (Mundo 2) não como efeitos causais e conclui que todas essas teorias (p. ex., o Materialismo radical, o Pansiquismo e o Epifenomenalismo) partem do princípio de que os acontecimentos físicos processados no cérebro (Mundo 1) são as únicas causas das ações. O Materialismo radical, o Pansiquismo e o Epifenomenalismo rejeitam a idéia

de que os fenômenos mentais, associados aos acontecimentos cerebrais, não produzam qualquer efeito causal. A função do cérebro no controle do comportamento circunscreve-se ao interior das estruturas físicas do cérebro. Afirma-se que o Mundo 2 pertence ao Mundo 1 (Epifenomenalismo) mas se nega que possua algum efeito causal. O Mundo 2 — Mundo da consciência e dos estados mentais — surge primeiro e depois desenvolve-se à medida que a complexidade do cérebro aumenta.

Para Eccles, os postulados fundamentais da teoria dualista-interacionista, podem trazer esclarecimentos sobre a relação espírito-cérebro. Segundo, ele, esta teoria, desde Homero, foi a primeira a colocar o problema das relações entre o espírito e o cérebro. Ela foi retomada por Descartes, mas a maneira como ele a defendeu foi rejeitada. A teoria dualista-interacionista exige a abertura do Mundo 1 aos acontecimentos do Mundo 2, como se mostra no esquema abaixo (Figura 1):

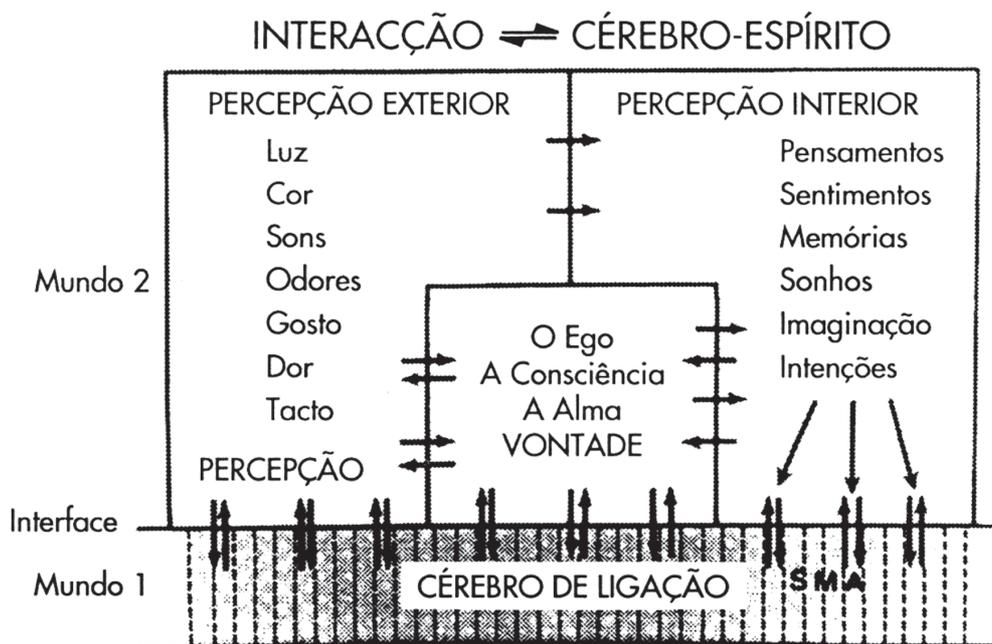


FIGURA 1. Diagrama que representa como, no âmbito da interação espírito-cérebro, a informação circula no cérebro humano. Os três componentes do Mundo 2 (percepção exterior; percepção interior; e o eu, psique ou alma) são figurados com as suas comunicações representadas por setas. As setas com duplo sentido representam as vias de comunicação que atravessam a fronteira entre o Mundo 1 e o Mundo 2, isto é, que ligam o cérebro de ligação aos componentes do Mundo 2. O cérebro de ligação apresenta a disposição em colunas aqui indicada pelas linhas verticais a tracejado. É preciso imaginar que a superfície do cérebro de ligação é enorme, pois possui dez milhões de dendrões em lugar dos quarenta que estão aqui indicados. A área motora suplementar (SMA), está ligada particularmente às intenções do Mundo 2; as três setas indicam a especificidade potencial da ação que exerce a intenção sobre os módulos da SMA (Área Motora Suplementar). O Mundo 2 está representado acima do Mundo 1, por razões de ordem prática do diagrama. Se o Mundo 2 tivesse alguma localização espacial, seria colocado no espaço onde atua, isto é, como o indicam as setas, nos módulos do cérebro de ligação. (Ob.cit. p. 114)

9. POPPER, Karl R. e ECCLES, John C. *O eu e seu cérebro*. Campinas: Papyrus 1977. p. 440s.

Observando o esquema acima vemos que há 3 componentes no mundo 2 que estão em comunicação: o mundo dos sentidos externos, o dos sentidos internos e o mundo do “eu” e há um esquema central da Psique, Eu, Alma e da Vontade. Segundo Eccles, é comum compreender a Vontade como operativa em um movimento voluntário em que as conseqüências morais são ava-

liadas pelo eu. Nesse caso, a ação determinada pela Vontade implica uma responsabilidade moral. Isso é ilustrado graficamente com as setas a partir das “intenções” desenhadas através da Vontade em direção ao cérebro de ligação e não diretamente como seria o caso para uma ação voluntária simples destituída de considerações morais, o que acontece com os animais. (Vide Figura 2)

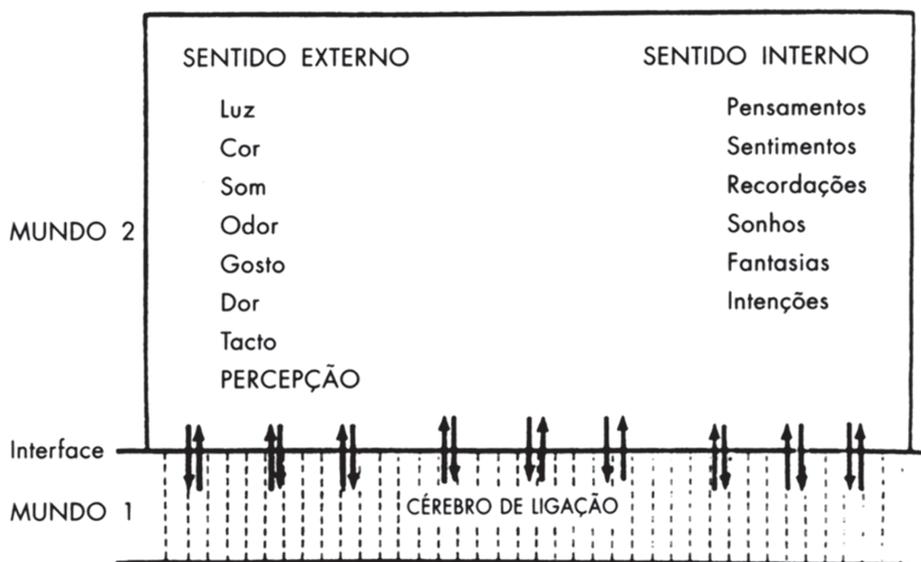


FIGURA 2. Diagrama do fluxo de informação para as interações cérebro-mente de um cérebro de mamífero. Os dois componentes do Mundo 2, Sentido Externo e Sentido Interno, estão representados com comunicações ilustradas por setas para o Cérebro de ligação no Mundo 1. Notar-se-á que aos mamíferos é atribuído um Mundo 2 correspondente à sua consciência e que este Mundo 2 tem as mesmas características gerais, em termos de Sentido Externo e Sentido Interno, do Mundo 2 humano da Figura 9.5, mas há uma ausência completa da categoria central do Psique, Eu ou Alma. (ECCLES, J. A evolução do cérebro. A criação do Eu. Lisboa. Instituto Piaget, 1989. p. 281)

Eccles advoga que maior compreensão da questão mente-cérebro depende de estudo pormenorizado dos neurônios (células nervosas), do córtex cerebral e das sinapses que são os pontos minúsculos de contato pelos quais um neurônio pode excitar outro.

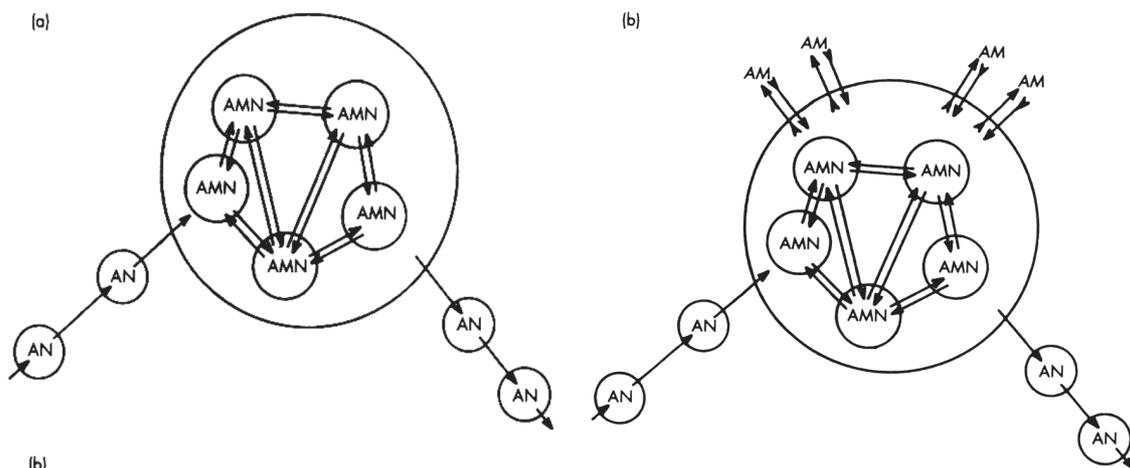
Os dois esquemas abaixo representam a teoria da Identidade e do Dualismo-interacionismo. A Teoria da Identidade se baseia na afirmação de que cada evento mental é um evento cerebral e a teoria Dualismo-interacionismo admite haver comunicação entre a matéria e a mente.

No esquema apresentado (Figura 3), descreve Eccles, há indícios de que pensamentos gerados internamente excitam fortemente neurônios de áreas especiais do córtice cerebral. Estes resultados exigem que se acrescente ao diagrama uma informação proveniente de acontecimentos mentais (AM) como se percebe pelas setas adicionais da Figura 3 — representação

diagramada do Dualismo-interacionismo —. O disparo de neurônios AMN daria uma resposta diferente da que existiria na ausência dos acontecimentos mentais de atenção, pensamento silencioso ou intenção.

Consultando Bertrand Russell¹⁰ (1976) encontramos a afirmação que a primeira coisa que deve ser definida quando se trata da Vontade é o “movimento voluntário”. Isso significa dizer que a Vontade é um ato voluntário acrescentando que “os movimentos acompanhados de sensações cinestésicas tendem a ser causados pelas imagens dessas sensações e quando assim causados são voluntários”. Para Russell a volição é mais que um movimento voluntário uma vez que há *decisão* depois da *deliberação*. Os movimentos voluntários são uma parte disto, mas não tudo. A volição implica em juízo — “é isso

10. RUSSELL, Bertrand. Op. cit. p. 63s.



(a) Teoria da identidade

(b) Teoria dualismo-interacionismo

FIGURA 3. Diagramas das teorias do mente e do cérebro, (a) Teoria da identidade. (b) Dualismo-interacionismo. Os agrupamentos de neurônios são representados por círculos. AN representa os neurônios convencionais, que respondem apenas acontecimentos neuronais. AMN são neurônios que estão associados tanto a acontecimentos mentais como neuronais e estão agrupados num círculo maior representando o sistema nervoso nas suas funções mais superiores. Em (b), as setas AM representam influências de ordem mental agindo sobre a população neuronal que estão associadas tanto aos acontecimentos mentais como aos neuronais. Todas as outras setas em (a) e (b) representam as linhas ordinárias de comunicação neuronal, que estão representadas em ação recíproca no caso dos neurônios AMN. (ECCLES, J. A evolução do cérebro. A criação do Eu. Lisboa. Instituto Piaget, 1989.p. 286.)

o que devo fazer”; há também uma sensação de tensão durante a dúvida seguida de sensação diferente do movimento de decidir. Para Russell, as sensações e as imagens com as suas relações e leis causais, fornecem tudo o que parece ser necessário para a análise da Vontade, juntamente com o fato de que as imagens cinestésicas tendem a causar os movimentos com que elas estão relacionadas. O conflito do desejo é essencial na causação da espécie empática da Vontade, haverá imagens cinestésicas dos movimentos incompatíveis seguidos de imagens exclusivas do movimento que se diz querer. Assim a Vontade parece não acrescentar qualquer ingrediente novo irreduzível à análise da mente.

Olhemos, com mais profundidade, o lado científico da questão. Del Nero¹¹ (2002) afirma que a Vontade é um dos pontos cruciais da mente humana porque sobre ela se edifica a sociedade uma vez que se supõe sermos livres para agir e escolher caminhos. Disso decorre a concepção de uma mente mecânica e material parecer absurda. Há dificuldade em se entender a natureza cerebral da mente, diz Del Nero, porque a idéia de espírito /alma harmoniza-se mais com a noção de Vontade e de livre escolha. Tendo em

vista a crença no livre arbítrio, é mais fácil entender que a causa da escolha está na alma ou espírito do que entender que o cérebro causa a Vontade. Del Nero apresenta várias maneiras de entender a Vontade e a causa da Vontade recordando e analisando um episódio bíblico: a escolha de Adão por comer a maçã proibida. Ele recorta o relato bíblico e faz duas considerações, uma sobre o Livre arbítrio, outra sobre o sítio cerebral da mente.

1. Livre arbítrio — o ato de liberdade e Vontade de Adão comer a maçã proibida foi uma escolha: desejar ser igual a Deus, elevar-se da condição de criatura a Criador. Havia liberdade de escolha, cérebro porém dentro de um campo limitado das escolhas possíveis. A Vontade só podia escolher dentro de certos limites.

2. O sítio cerebral da mente — na prescrição de Deus haveria matérias de escolha e matérias de aceitação tácita. Escolher quando não há condições para isso seria violar uma regra básica da vida e do conhecimento. Nesse caso, não aceitar as limitações cerebrais para a mente implicaria em não aceitar a sanidade e a ponderação. Há limites para a Vontade e para a Liberdade, na concepção de Del Nero. No Gênesis isto estaria representado na proibição de acesso à árvore do bem e do mal.

Segundo Del Nero (2002), as estruturas responsáveis no cérebro humano pela causação ou geração da Vontade, de planos e intenções,

11. DEL NERO, Henrique Schützer. Patologias da Vontade In: *O sítio da mente: Pensamento, emoção e Vontade no cérebro humano*. São Paulo: Collegium Cognatio. 5. ed. 2002; p. 283s e Base neural para a Vontade. Op. Cit. p. 426.

estão alojadas numa área do neocortex — o lobo frontal, Sabe-se disso porque uma série de alterações nesse local estão associadas a anomalias. O ser humano é capaz de controlar ações de modo voluntário e de modo automático. O modo voluntário é lento, atento, consciente, ligado ao aprendizado e ao início da realização de uma tarefa. O automático é rápido e não se tem consciência de sua operação. Na fase da aprendizagem a atenção é lenta e voluntária quando se automatiza ela é rápida e não-consciente. Quando se elege o controle voluntário como conceito representante da Vontade, pode-se medir o fluxo sanguíneo cerebral durante a execução da tarefa. Quando há novidade, aprendizado, consciência e controle voluntário, o fluxo sanguíneo se dirige preferencialmente para as áreas frontais do cérebro. Quando se atinge certo grau de automatismo e destreza, o sangue vai para as áreas posteriores (no cerebelo). Se a Vontade tem uma região cerebral preferencial de processamento mental, tem limitações. A mente pode resolver muitas coisas mas ela também tem as suas limitações. Del Nero concorda que não é fácil definir os limites para a Vontade no estado atual de conhecimento sobre o cérebro. O que se sabe com certeza é que se alguém tem algum grau de desregulação mental, a Vontade não pode consertá-la. Se há determinação cerebral para algo, a Vontade nada pode fazer. A Vontade opera cerebralmente dentro de certos limites. Ainda que haja predisposição genética, há margem de manobra para a ação voluntária.

Analisando essas afirmações do autor concluímos que, nem sempre “o poder do pensamento” ou a “força de Vontade” são instrumentos eficazes para resolver problemas quando sua base fundamental está no cérebro ou em eventos mentais desconhecidos.

Del Nero (2002) considera a Vontade sob três perspectivas:

1. é ilimitada e não sofre a coação cerebral
2. é uma ilusão, visto estar determinada por um órgão físico
3. é uma propriedade que emerge da complexidade cerebral quando esta gera a mente, sendo uma vivência que se agrega a alguma instância de controle sobre a ação e a percepção (p. 285).

Del Nero admite que a Vontade é uma propriedade, mas a emergência de uma propriedade — Vontade — é inexplicável quando caracterizada como fenômeno espiritual. Mas há um equívoco quando o dualismo de propriedades permite que a Vontade-emergência seja quase

similar à Vontade-espírito. A Vontade, para Del Nero, é uma sensação que acompanha a sincronização de módulos que processam informação cerebral complexa e de outros que a redescrevem sob a forma lingüístico-mental.

Para Del Nero, há três instâncias da Vontade que ele chama patologias:

1. a Vontade que se crê ilimitada porque ela se vê como uma propriedade do espírito.
2. a Vontade que se crê capaz de enfrentar o conhecimento tomando-o por matéria de escolha e opinião — uma ordem judicial determinou a uma doente contra a sua Vontade que ela se submetesse a diálise.
3. a Vontade é, de certa forma, a marca da mente, como é marca do mental — e como muitos distúrbios mentais se fazem acompanhar de anomalia frontal, supõe-se que, de certa maneira, toda patologia mental é uma patologia da Vontade

Mas, pergunta Del Nero, até que ponto uma Vontade pode agir sobre a disposição genética ou adquirida por consolidação de hábitos e condicionamentos? Até que ponto alguém, pela força de Vontade poderia parar de fumar, de se drogar ou de beber compulsivamente? (Del Nero, 2002, p. 286).

Um fato relatado por Del Nero: há alguns anos foi confirmado haver um forte componente genético no alcoolismo. Um grupo de alcoólatras tomando conhecimento desse fato solicitou aposentadoria por invalidez alegando que eram doentes irrecuperáveis. A corte negou a solicitação por 4 votos a 3 alegando que embora houvesse motivações orgânicas para o alcoolismo ainda restava a cada um a possibilidade de abandonar o vício, pelo exercício da Vontade. A partir desse exemplo, Del Nero coloca uma diferença entre “Vontade-espiritual” e “Vontade — cerebral”. A Vontade que a corte julga necessária para os alcoólatras se livrarem do vício não é um ato de Vontade cerebral “é uma prerrogativa que emerge de algo que está acima do processamento cerebral subjacente. O exame da Vontade e de sua base neural está diretamente ligado à nossa concepção dos limites da ação humana, reaparecendo, neste ponto a questão da linguagem”. Para Del Nero (2002) não existe no cérebro humano um sistema neuronal específico responsável pela implantação da Vontade ou da liberdade. Vontade e liberdade são conceitos contaminados pelas visões culturais que se tem deles. Há caracterização de certas ações controláveis e de outras não. Toda ação sobre a qual se tem controle poderia ser chamada ação livre

ou produto da Vontade porque, havendo controle, o sujeito poderia ter agido diferentemente. A liberdade e a Vontade seriam apenas uma parcela das chamadas ações livres e voluntárias. Embora a neurociência raramente se julgue apta a descrever o sítio cerebral de ambas — liberdade e Vontade —, insere a noção de controle sobre a ação, elemento que pode redefinir em base neural esses dois conceitos atados à visão cultural da mente. Toda ação sobre a qual não se tem controle seria situação de compulsão retratada verbalmente como objeto de Vontade quer pelo sujeito da ação quer pelos seus juízos. Quando um sujeito relata que teve Vontade de fazer uma coisa não há garantia de que tinha mesmo havido ou não a intenção de fazer essa coisa, apenas se tem certeza do uso descritivo de sucedâneos lingüísticos de Vontade.

Se uma pessoa com perfil metabólico para engordar diz que tem Vontade de emagrecer, faz todo tipo de dieta pela manhã e come compulsivamente à noite, isso não significa dizer que seja pessoa de pouca força de Vontade ou de pouca fé. A “Vontade” de emagrecer que ela afirma é apenas a tradução intelectual de um conceito. Só será Vontade se houver controle. Se não houver controle, é compulsão. É pelo relato ou pelo estudo de suas condições cerebrais que se constatará as possibilidades de controle que o sujeito tem sobre determinados atos.

Del Nero concorda que atos voluntários e livres são aqueles em que há comprovadamente condições cerebrais e não simplesmente verbais ou imputações externas de controle sobre a ação.

O gordo não é o que falha no regime nem o que não tem força de Vontade, é o que não tem controle sobre os seus atos alimentares. Ele

admite, entretanto, ser difícil caracterizar o que significa controle cerebral porque há pessoas que se drogam contra a Vontade. Assim, um gordo que não controla sua ingestão alimentar pode ter substâncias internas, neurotransmissores que o impedem de agir de outra maneira. O que pode ocorrer é uma desarmonia de certos circuitos cerebrais. Para ele, deveria haver uma nova concepção de Vontade emergente do reconhecimento da mente como função cerebral. Prossegue dizendo que, enquanto não formos capazes de fornecer limites cerebrais para os atos voluntários de modo a instrumentalizar as instituições na tarefa de julgar, deveremos pelo menos advertir quanto ao equívoco de supor que a Vontade e a liberdade sejam ilimitadas. Não sabemos até onde um indivíduo tem ou não controle de sua ação. Mesmo parecendo agir de forma intencional e livre, o indivíduo pode não ter nem Vontade nem liberdade intactas. Pode haver um equívoco lingüístico-cultural mais do que hipótese de base neural. No caso de um gordo que se arrepende de comer muito doce, o que pode acontecer é que dadas certas condições dos circuitos cerebrais há um disparo irrefreável do “comportamento de comedor de doces”. Ele se arrepende porque acha que poderia ter agido diferentemente — acarrega culpa da transgressão pelo resto da vida e continua transgredindo, criando um nódulo existencial na sua vida. Mesmo confessando sua culpa, ele pode ser vítima da imagem que tem de si mesmo: a imagem de um comedor compulsivo e não de uma pessoa que tem Vontade cerebral diferente da Vontade cultural.

Del Nero (2002) dá uma explicação neural para a consciência e, por conseguinte, para a

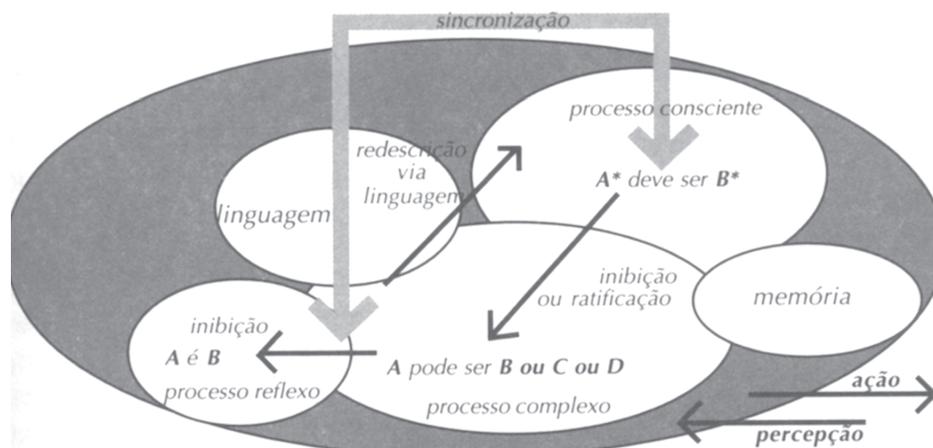


FIGURA 56. A consciência é posterior à gênese do plano do ato. A Vontade e a liberdade não surgem da planificação de um ato, função complexa não-consciente, mas de sua ratificação ou inibição enquanto ação possível ou desejável. (op. cit. p. 427)
Fonte: Del Nero, 45. O sítio da mente: pensamento, emoção e vontade no cérebro humano, 2002.

Vontade livre. Ele mostra (ver Figura 4) haver uma base cerebral para a **sensação** de Vontade e de liberdade. Há na ação externa o resultado de dois processos: um complexo, não consciente, que desenha cenários de ação (devido a estímulos ambientais e ao recrutamento de memória); outro que é o recrutamento de um monitor da ação presumida (do potencial de uma ação), a redescrição consciente dessa ação.

Quando ocorre a redescrição consciente, o conteúdo é consciente. Quando duas ordens (a da ação presumida e a da consciência como ação redescrita) se sincronizam, há a mobilização de tantas áreas cerebrais que se dispara a vivência da consciência e também a possibilidade de ratificar ou abortar o esquema da ação. Quando se ratifica, há a vivência da Vontade e quando a ação é abolida, temos a vivência da prudência ou da liberdade de escolher como agir. Tem-se assim uma explicação para a consciência e para a Vontade. Segundo Del Nero (2002), a consciência seria feita de três elementos: função, processo e vivência. Pela redescrição valorada (processo), através de sincronizações, estabeleço um análogo (conteúdo) da ação e da percepção.

A função da consciência é monitorar voluntariamente a ação e a percepção presumidas.

Para Searle¹² (1995, p. 156s), a causalidade é geralmente considerada uma relação natural entre eventos no mundo; a intencionalidade é considerada de diversos modos mas, em geral, como um fenômeno natural a integrar a ordem natural — tanto quanto qualquer outro fenômeno biológico. O problema que Searle coloca é o de saber se a causalidade pode ser intencionada. Pergunta ele: podem os estados intencionais agir causalmente? Quando afirmamos que o evento A colidindo com o evento B causa o movimento de B, estamos aceitando uma visão tradicional de causalidade. Os princípios básicos da causalidade estão assentados sobre uma teoria metafísica arraigada havendo pouca diferença entre um filósofo e outro quer assim se explicassem:

1. o nexa causal em si não é observável.
2. É possível observar regularidades causais.
3. É possível observar certos tipos de seqüências regulares em que eventos de um dado tipo são seguidos de eventos de outro tipo; porém, além das regularidades, não se pode observar uma relação de causação entre eventos.

12. SEARLE, John R. causação intencional. In *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (1983) p. 156s.

4. Não podemos ver literalmente que um evento causou outro.

5. Vejo eventos que estão causalmente relacionados; não percebo, porém, relação causal além da regularidade.

Em outro lugar, Searle fala sobre a causação dos estados mentais e afirma que os processos mentais são causados pelo comportamento dos elementos do cérebro¹³ (Searle, 1984, p. 35).

Searle não aceita a concepção científica do mundo material e dá quatro características dos fenômenos mentais que tornam impossível inseri-los nessa concepção.

A primeira é a **consciência**. É fato evidente que o mundo contém estados e eventos mentais conscientes, mas não é fácil ver como sistemas físicos podem ter consciência. Searle entende que a *consciência é o fato central da existência humana* porque sem ela todos os outros aspectos humanos da nossa existência — linguagem, amor, humor — seriam impossíveis.

A segunda é a **intencionalidade**. A intencionalidade é “a característica pela qual os nossos estados mentais se dirigem a, ou são acerca de, ou se referem a, ou são de objetos e estados de coisas no mundo diferentes deles mesmos” (op. cit. p. 21). Searle chama atenção para o fato de a intencionalidade se referir a intenções, crenças, desejos, esperanças, temores, amor, ódio, prazer, desgosto, vergonha, orgulho, irritação, divertimento e todos aqueles estados mentais, conscientes ou inconscientes que se referem a, ou são acerca do mundo, diverso da mente. A questão que se põe é como esta substância dentro da cabeça pode ser acerca de alguma coisa. Como ela pode se referir a alguma coisa;

A terceira característica da mente é a **subjetividade** dos estados mentais. Cada um sente as suas dores e não as dos outros. Os outros não sentem a minha dor, não vêem o mundo como eu vejo. Cada um vê e sente do seu ponto de vista. Eu sou consciente de mim mesmo e dos meus estados mentais internos e não sou consciente do outro nem dos estados do outro. A partir do séc. XVII, a realidade é pensada como algo que deve ser acessível a todos os observadores que pensam que ela é objetiva. A questão que Searle coloca é como acomodar a realidade dos fenômenos mentais subjetivos à concepção científica da realidade enquanto totalmente objetiva?

A quarta característica é a **causação mental**. Supomos que os nossos pensamentos e

13. SEARLE, J. R. *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70. 1984. p. 35.

sentimentos são importantes para a maneira como nos comportamos, que há um efeito causal sobre o mundo físico. Eu penso em levantar um braço e levanto um braço. Searle comenta: se os nossos pensamentos e sentimentos são verdadeiramente mentais, como pode algo mental originar uma diferença física? Pensamos que os nossos pensamentos e sentimentos produzem efeitos químicos em nosso cérebro e no resto do nosso sistema nervoso?

Estas quatro características que parecem problemas para a relação corpo-mente são características efetivas das nossas vidas mentais e qualquer explicação sobre as relações mente-corpo deve levar em consideração essas quatro características. Searle (1984, p. 23) afirma que “os fenômenos mentais, *todos os fenômenos mentais*, quer conscientes ou inconscientes, visuais ou auditivos, dores, cócegas, comichões, pensamentos, na realidade, toda a nossa vida mental, são causados por processos que tem lugar no cérebro”. A sensação de dor, por exemplo, é causada por vários eventos que começam nas terminações nervosas livres e terminam no tálamo e em outras regiões do cérebro.

As teorias em voga sobre a causalidade em relação aos atos de Vontade nos levam a concluir que a Vontade pode ser causada tanto por fatores biológicos como por fatores culturais e emocionais. O que vai nos orientar onde está a causa dos atos de Vontade de realizar alguma ação é o entendimento dos efeitos — comportamentos e condutas — resultantes da ação executada pelo agente. Entende-se, desse modo, que o ato pode ser voluntário ou involuntário dependendo do tipo de causalidade que deu origem à Vontade de praticar determinadas ações. A causalidade da Vontade pode estar no cérebro, mas pode estar nas mentes quando intencionalizamos os nossos atos, ou fora das mentes quando não intencionalizamos os nossos atos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASAT, R.; WHITE, G. (Eds.). **Philosophie und die cognitiven Wissenschaften**. [S. l.]: Österreichische Ludwig Wittgenstein Gesellschaft, 1993, p. 323-327. Disponível em: <<http://www.geocities.com/marcofk2/luthe.htm>>.

DAVIDSON, Donald. Mental events. In: *Essays on actions and events*. Oxford: [s. n.], 2001. p. 208.

DEL NERO, Henrique Schützer. Patologias da vontade. In: **O sítio da mente: pensamento, emoção e vontade no cérebro humano**. 5. ed. São Paulo: Collegium Cognatio, 2002, p. 283s.

ECCLES, John C. Hipóteses sobre as relações entre o espírito e o cérebro. In: **Cérebro e consciência: o self e o cérebro**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 19 p.

_____. **A evolução do cérebro: a criação do eu**. Lisboa: Instituto Piaget, 1989. 281 p.

MUÑOZ, Alberto Alonso. **Liberdade e causalidade: ação, responsabilidade e metafísica em Aristóteles**. São Paulo: FAPESP, 2002. 48 p.

POPPER, K. Sobre a teoria da mente objetiva. In: **Conhecimento objetivo**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; 1975. 151 p. Tradução da edição de 1973, publicado pela Oxford University Press – London. Corrigida.

POPPER, K.; ECCLES, J. **O eu e seu cérebro**. 2. ed. Brasília: Papyrus, 1995. 62 p.

POPPER, K.; ECCLES, J. **O eu e seu cérebro**. Campinas: Papyrus, 1977. 440 p.

RUSSELL, Bertrand. Leis causais psicológicas e físicas. In: **A análise da mente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 70 p.

SEARLE, John R. Causação intencional. In: **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 156 p.

_____. **Mente, cérebro e ciência**. Lisboa: Edições 70, 1984. 35 p.

*Recebido em 27 de agosto de 2004
Aprovado em 28 de setembro de 2004*